

DIREITO PROCESSUAL  
PREVIDENCIÁRIO

# SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	33
----------------------------	----

## **Parte I – MARCO TEÓRICO DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO**

<b>Capítulo 1 – A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA .....</b>	<b>43</b>
1.1 - Premissas metodológicas .....	47
1.2 - A eficácia normativa dos princípios constitucionais .....	49
1.3 - O direito fundamental à tutela jurisdicional adequada - ou o direito fundamental ao processo justo .....	51
1.4 - Direito à tutela jurisdicional adequada e efetiva e a judicialização das políticas públicas para a realização de direitos fundamentais de proteção social .....	54
1.5 - Elementos caracterizadores do Processo Previdenciário – A Natureza do Objeto da Lide.....	55
1.6 - Elementos caracterizadores do Processo Previdenciário – Os Sujeitos do Processo .....	59
1.7 - Exigências de Normatividade ESPECÍFICA do Direito Processual Previdenciário.....	63
1.7.1 - Interesse de agir em matéria previdenciária.....	64
1.7.2 - A fungibilidade das ações previdenciárias e a relativização do princípio dispositivo...66	
1.7.3 - O problema da má delimitação da lide previdenciária .....	72
1.7.4 - Como conciliar a definitividade da coisa julgada com a provisoriedade dos benefícios previdenciários por incapacidade? .....	76
1.8 - Normas processuais previdenciárias expressas no sistema normativo.....	78
1.8.1 - A Constituição da República e a competência delegada .....	78
1.8.2 - A Constituição da República e créditos alimentares devidos pela Fazenda Pública...79	
1.8.3 - Considerações normativas sobre prova em direito previdenciário .....	80
<b>Capítulo 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO .....</b>	<b>83</b>
2.1 - Princípio da não-preclusão ao direito previdenciário .....	85
2.1.1 - Princípio da não-preclusão e a imprescritibilidade do direito previdenciário .....	85
2.1.1.1 - Imprescritibilidade, inalienabilidade e indisponibilidade.....	86
2.1.1.2 Imprescritibilidade do fundo do direito e o prazo decadencial do salário-maternidade (MP 871/2019).....	90

2.1.1.1.1 - Desistência e renúncia ao direito em que se funda a ação.....	92
2.1.2 - Princípio da não-preclusão e os limites da coisa julgada em matéria previdenciária.....	93
2.1.2.1 - A coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	95
2.1.2.2 - Extinção do processo sem resolução do mérito nas hipóteses de falta ou insuficiência de prova.....	100
2.1.3 - Princípio da não-preclusão e verdade real.....	103
2.1.3.1 - Positivismo filosófico, juízos de imparcialidade e a verdade no direito social .....	106
2.1.3.2 - Verdade real e solução de equidade.....	110
2.1.3.3 - O Positivismo e a banalização do sofrimento humano .....	115
2.1.3.4 - O processo voltado para a justiça e para o ser humano.....	116
2.1.3.5 - Parcialidade positiva como caminho à verdade na aplicação do direito previdenciário.....	118
2.2 - Princípio da imediatidade da tutela previdenciária .....	119
2.3 - Princípio do acertamento da relação jurídica de proteção social .....	122
2.3.1 - A concepção da função jurisdicional de controle da legalidade do ato administrativo.....	122
2.3.1.1 - O problema do direito superveniente à tutela administrativa.....	124
2.3.2 - A concepção da função jurisdicional de controle do ato administrativo a partir de uma perspectiva de efetividade processual .....	124
2.3.3 - A concepção da função jurisdicional de acertamento da relação jurídica de proteção social .....	127
2.3.3.1 - Alegações inéditas em juízo e o problema do interesse de agir.....	131
2.3.3.2 - Alegações inéditas em juízo e o problema do termo inicial dos benefícios...	136
2.3.3.3 - Princípio da primazia do acertamento e sua relação com o princípio dispositivo .....	138
2.4 - Princípio da proteção judicial contra lesão implícita (lesão por omissão) a direito .....	140
<b>Capítulo 3 – O PRIMADO DA EFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JUSTIÇA PREVIDENCIÁRIA DESTE INÍCIO DE SÉCULO.....</b>	<b>145</b>
3.1 - A Emenda Constitucional 19/98 e a Emergência do Paradigma da Eficiência na Administração Pública – Mas de que Eficiência se trata? .....	145
3.1.1 - Mas o que há de errado em a Administração Pública buscar a eficiência?.....	148
3.1.2 - Afinal, o que há de errado em a Administração Pública buscar a eficiência econômica? .....	148
3.2 - Sinais de crise na Justiça Previdenciária.....	150
3.2.1 - Três fatores determinantes para a multiplicação das lides previdenciárias.....	153
3.2.1.1 - A Administração Paralela .....	153
3.2.1.2 - Ferramentas artesanais para julgamentos de massa .....	155
3.2.1.3 - O hiato entre a postura administrativa e o direito aplicado judicialmente ...	157
3.2.2 - Pontos críticos como desafios a um processo judicial efetivo .....	159
3.2.3 - Uma aproximação dos pontos críticos.....	160
3.3 - A preponderância da eficiência no processo judicial previdenciário .....	162

3.4 - Processo previdenciário e eficiência gerencial .....	164
3.5. O desafio da tutela jurisdicional nas ações de benefícios por incapacidade nos Juizados Especiais Federais.....	171

## Parte II – TEMAS CENTRAIS DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

<b>Capítulo 4 – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO .....</b>	<b>179</b>
4.1 - Estado Democrático de Direito e Processo Administrativo.....	180
4.2 - Âmbito de aplicação da Lei 9.784/99.....	183
4.3 - Caracterização do Processo Administrativo Previdenciário .....	185
4.4 - Distinção entre procedimento e processo .....	186
4.5 - Procedimento e processo no campo previdenciário.....	187
4.6 - Garantias processuais para o processo administrativo previdenciário .....	191
4.6.1 - Garantias processuais constitucionais .....	191
4.6.2 - Entre as garantias constitucionais e as normas da lei processual administrativa – a atuação conforme a Lei e o Direito .....	194
4.6.3 - A Lei 9.784/99 e o processo administrativo previdenciário.....	195
4.6.4 - Os critérios para condução do processo administrativo .....	195
4.6.5 - Os direitos do administrado no processo administrativo .....	196
4.6.6 - Os deveres do administrado no processo administrativo.....	196
4.6.7 - Outras disposições relevantes para o processo administrativo previdenciário.....	196
4.6.7.1 - Particularidades dos recursos no processo administrativo previdenciário....	198
4.6.8. - A Lei 13.726/2018 e a racionalização dos atos e procedimentos administrativos .....	200
4.7 - A Distância Astronômica da Realidade Administrativa para com as Imposições Jurídicas de um Processo Previdenciário .....	202
<b>Capítulo 5 – O EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ...</b>	<b>207</b>
5.1 - Limites formais (limites quanto ao modo de se exercer a autotutela) .....	209
5.1.1 - Limites temporais para o exercício da autotutela – a decadência do direito de revisão do ato administrativo de concessão de benefício previdenciário.....	209
5.1.2 - Limites processuais – o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa ...	214
5.1.2.1 - Devido processo legal, limite de alçada e desconsideração dos efeitos de prestação previdenciária em juízo .....	217
5.2 - Limites materiais (limites quanto ao conteúdo da autotutela) .....	222
5.2.1 - Proibição de aplicação de nova interpretação administrativa ou novos critérios para a verificação do direito ao benefício .....	222
5.2.2 – Proibição de nova avaliação do conjunto probatório (nova valoração da prova), por força da coisa julgada administrativa .....	223
5.2.3 - Remédio jurídico contra atuação administrativa que extrapola os limites formais ou materiais para o exercício da autotutela.....	226
<b>Capítulo 6 – ACESSO À JUSTIÇA E INTERESSE DE AGIR EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA....</b>	<b>229</b>

6.1 - Gratuidade da Justiça .....	230
6.1.1 - Comprovação dos requisitos necessários à concessão da gratuidade da justiça ...	232
6.1.2 - Gratuidade da justiça e sucumbência do beneficiário .....	234
6.2 - Classificação das ações previdenciárias .....	236
6.2.1 - Ação de concessão de benefício previdenciário .....	236
6.2.2 - Ação de revisão de benefício previdenciário .....	237
6.2.2.1 - Ação revisional de concessão .....	237
6.2.2.2 - Ação revisional de reajustamento .....	239
6.2.3 - Ação de restabelecimento de benefício previdenciário .....	240
6.2.4 - Ação de manutenção de benefício previdenciário .....	241
6.2.5 - Ação de anulação de benefício previdenciário .....	242
6.3 - Interesse de agir em matéria previdenciária .....	244
6.3.1 - Considerações doutrinárias .....	244
6.3.2 - As diretrizes gerais formuladas pelo STF (RE 631.240) .....	246
6.3.2.1 - Fórmula de transição .....	248
6.3.3 - Interesse de agir em ações de concessão de benefício previdenciário .....	249
6.3.3.1 - Alegação de fato não analisado formalmente na via administrativa .....	253
6.3.3.2 - Alegação de nova patologia em juízo .....	255
6.3.3.3 - Demora para ajuizamento da ação .....	255
6.3.3.4 - Descumprimento de exigência administrativa .....	256
6.3.4 - Interesse processual superveniente .....	258
6.3.5 - Indeferimento presumido e dispensa de requerimento administrativo .....	259
6.3.5.1 - O ajuizamento direto da ação de concessão de pensão provisória por morte presumida .....	262
6.3.6 - Recusa de entrada de requerimento e excessiva demora do processo administrativo .....	262
6.3.7 - Interesse de agir e o dever estatal de conceder a prestação mais vantajosa .....	265
6.3.8 - Interesse de agir nas ações previdenciárias de restabelecimento de benefício .....	267
6.3.8.1 - Interesse de agir nas ações de restabelecimento e a necessidade do pedido de prorrogação do auxílio-doença .....	269
6.3.8.2 - Interesse de agir nas ações de restabelecimento de aposentadoria por invalidez quando o segurado se encontra em gozo de mensalidade de recuperação ...	272
6.3.9 - Interesse de agir nas ações previdenciárias de revisão de benefício .....	275
6.3.9.1 - Interesse de agir nas ações revisionais e reconhecimento administrativo do direito .....	277
<b>Capítulo 7 – REGIME PROBATÓRIO PREVIDENCIÁRIO .....</b>	<b>281</b>
7.1 - Considerações Iniciais .....	281
7.1.1 - Efeitos da revelia no processo previdenciário .....	283
7.2 - Conceito e Comprovação da condição de desempregado para efeitos de prorrogação do período de graça .....	284
7.3 - Caracterização e comprovação da relação de dependência econômica .....	287
7.3.1. Presunção relativa de dependência econômica .....	288
7.3.2. Necessidade de comprovação da dependência econômica .....	289

7.4 - Comprovação da união estável previdenciária.....	291
7.5 - Comprovação da incapacidade para o trabalho.....	294
7.5.1 - Perícias e decisões judiciais sem fundamentação suficiente .....	295
7.5.2 - Ausência de prova pericial no processo judicial .....	299
7.6 - Comprovação do agravamento da lesão ou progressividade da doença .....	300
7.7 - Comprovação da data do início da incapacidade para o trabalho .....	301
7.8 - Tratamento médico e condições sociais: aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença? .....	305
7.8.1 - Recuperação da capacidade mediante tratamento cirúrgico .....	308
7.8.2 - Comprovação da condição da pessoa com deficiência para fins de BPC.....	311
7.8.3. - Comprovação da necessidade econômica do grupo familiar para fins de BPC ...	313
7.9 - caracterização e comprovação de atividade especial .....	317
7.9.1 - Sucessão de leis no tempo e o princípio <i>tempus regit actum</i> para caracterização e comprovação de atividade especial.....	317
7.9.2 - Caracterização e comprovação de atividade especial em tempo anterior à vigência da Lei 8.213/91 .....	319
7.9.3 - Alterações promovidas após a vigência da Lei 8.213/91 e a possibilidade de se comprovar atividade especial por qualquer meio de prova .....	319
7.9.4 - A regulamentação da atividade especial pelo Decreto 2.172/97 e a exclusão da atividade perigosa.....	322
7.9.5 - A comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos e utilização de equipamento de proteção individual (EPI) .....	323
7.10 - Comprovação do tempo de serviço ou contribuição .....	326
7.10.1 - Particularidades do direito probatório em direito previdenciário – restrição do direito constitucional à prova .....	327
7.10.2 - O universo particular da prática previdenciária como justificação para a exigência de prova material .....	328
7.10.3 - Limites à exigência de prova material .....	331
7.10.4 - Prova material na categorização das espécies probatórias.....	332
7.10.5 - Prova material obtida do corpo humano e prova do trabalho rural do boia-fria ..	334
7.10.6. Comprovação do trabalho rural e exigência de prova material .....	335
7.10.7 - Classificação das provas – sinopse.....	342
7.10.8 - Prova material – eficácia probante e presunções.....	343
7.10.9 - Abrandamento da exigência de prova material e rigor na análise dos fatos .....	348
7.10.10 - Comprovação da atividade rural do segurado especial pelo CNIS (MP 871/2019) .....	350
<b>Capítulo 8 – EFEITOS DAS DECISÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....</b>	<b>355</b>
8.1 - Notas doutrinárias sobre os limites subjetivos da coisa julgada.....	358
8.2 - Eficácia probante da decisão trabalhista .....	363
8.3 - Eficácia previdenciária das decisões trabalhistas. Nosso posicionamento .....	366

<b>Capítulo 9 – ASPECTOS CONCERNENTES AOS VALORES PAGOS JUDICIALMENTE .....</b>	<b>369</b>
9.1 - Data de Início dos Benefícios Concedidos Judicialmente.....	369
9.1.1 - Definição da data de início do benefício (DIB) independentemente do momento da comprovação dos respectivos fatos constitutivos .....	372
9.1.2 - Termo inicial do benefício quando ausente o requerimento administrativo .....	381
9.1.3 - Fato superveniente ao processo administrativo e a reafirmação da DER .....	383
9.1.3.1 - Fato superveniente e o direito ao melhor benefício.....	388
9.1.4 - Data de início de benefício em face de habilitação judicial de novo dependente à pensão por morte.....	390
9.1.5 - A identificação da data de início da incapacidade laboral (DII) e os efeitos financeiros dos benefícios previdenciários por incapacidade.....	393
9.1.5.1 - O direito de recebimento do auxílio-doença pelo segurado que exerceu atividade remunerada embora incapaz .....	395
9.1.6 - Data de Início do Benefício (DIB) da aposentadoria especial concedida judicialmente.....	397
9.2 -Correção monetária e juros de mora do crédito judicial previdenciário.....	399
9.2.1 -Correção monetária e o Estatuto do Idoso .....	400
9.2.2 - O crédito judicial previdenciário e a inconstitucionalidade da Lei 11.960/09.....	401
9.2.3 – Correção monetária, deflação e irredutibilidade do valor dos benefícios .....	405
9.2.4 -Correção monetária dos valores pagos mediante requisições de pagamento .....	407
9.2.5 - Juros moratórios sobre o Crédito Judicial Previdenciário.....	409
9.2.6 - Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição de requisitório.....	410
9.3 - Prescrição e decadência em matéria previdenciária .....	412
9.3.1 - Prescrição contra menores incapazes .....	417
9.3.2 - Prescrição contra incapazes e o estatuto da pessoa com deficiência .....	418
9.3.3 - Prescrição contra ausentes.....	422
9.3.4 - Prazo limite para o requerimento administrativo a cessação da incapacidade.....	422
9.3.5 - Termo inicial da pensão por morte ao filho menor de dezesseis anos de idade na vigência da MP 817/2019.....	426
9.3.6 - Suspensão e interrupção do período de prescrição .....	431
9.3.7 - “Decadência” do direito de rever o ato de concessão do benefício previdenciário...435	
9.3.7.1 - A incidência do prazo decadencial do direito de revisão dos benefícios concedidos anteriormente à vigência da MP 1.523-9/97 .....	436
9.3.7.2 - Natureza prescricional do prazo para revisão do ato de concessão de benefício previdenciário (Lei 8.213/91, art. 103, <i>caput</i> ). .....	438
9.3.7.3 - Inconstitucionalidade de prazo para cessação de lesão estatal a direito humano e fundamental.....	439
9.3.7.4 - Interpretação restritiva do prazo decadencial para revisão de benefício .....	445
9.3.7.4.1 - Ações ou direitos relacionados a circunstâncias supervenientes ao ato de concessão do benefício: revisão de reajustamento e a desaposentação....	447
9.3.7.4.2 - Ações ou direitos relacionados a circunstâncias não analisadas expressamente quando da concessão do benefício .....	448
9.3.7.4.3 - Ações relacionadas à efetivação do direito ao melhor benefício .....	451
9.3.7.4.4 - Ações de revisão de benefício determinada por lei .....	452

9.3.7.4.5 - Início do prazo decadencial no caso dos benefícios derivados (pensão por morte e aposentadoria por invalidez) .....	454
9.4 - Devolução dos valores previdenciários recebidos de boa-fé.....	456
9.4.1 O princípio da irrepetibilidade dos alimentos .....	457
9.4.2 Contexto normativo anterior à vigência da MP 871/2019 .....	460
9.4.2.1 Posicionamento do Supremo Tribunal Federal .....	466
9.4.2.2 Desnecessidade de devolução em caso de dupla conformidade entre sentença e acórdão (STJ).....	467
9.4.3 Contexto normativo posterior à vigência da MP 871/2019.....	467
9.4.4 Pressupostos para a cobrança dos valores pagos indevidamente .....	471
9.4.5 - Repetição de valores originariamente indevidos ao beneficiário .....	473
9.5 - Pagamento de valores não recebidos em vida pelo segurado.....	474
9.5.1. Concessão de pensão por morte no curso do processo judicial de aposentadoria ...	474
9.5.2. Legitimidade “ad causam” dos dependentes para recebimento de créditos não pagos ou não reconhecidos ao segurado .....	477
9.5.3. Ausência de legitimidade para renúncia “post mortem”. O caso da chamada “dispensação” .....	481
9.6 - Incidência de Imposto de Renda sobre os valores atrasados recebidos pelo beneficiário.....	482
9.7 - Compensação do crédito judicial com valores pagos administrativamente.....	484
9.7.1 - Compensação em termos globais ou por competência mensal? O (falso) problema da irrepetibilidade .....	485
9.7.2 - Concessão superveniente de benefício mais vantajoso e o desfazimento do benefício concedido em juízo: o problema da preservação do crédito judicial.....	487
9.7.3 - Inviabilidade da compensação do crédito principal com honorários advocatícios arbitrados nos embargos à execução .....	492
<b>Capítulo 10 – REGRAS PROCESSUAIS RELACIONADAS À FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>495</b>
10.1 - Prerrogativas processuais da Fazenda Pública .....	495
10.2 - Regime de pagamento de custas e despesas processuais .....	496
10.3 - Honorários advocatícios nas ações previdenciárias .....	499
10.3.1 - Honorários sucumbenciais no cumprimento de sentença previdenciária.....	502
10.3.2 - Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública no Novo CPC.....	509
10.3.3 - Princípio da reparação integral e honorários indenizatórios .....	512
10.4 - Dos prazos da Fazenda Pública .....	513
10.5 - Da remessa necessária .....	517
10.6 - Tutela provisória contra a fazenda pública .....	521
10.6.1 - A urgência no processo judicial previdenciário.....	522
10.6.2 - Tutelas de urgência em matéria de seguridade social .....	524
10.6.2.1 Irreversibilidade e definitividade das tutelas provisórias em matéria previdenciária.....	526
10.6.3 - Cumprimento imediato das decisões judiciais previdenciárias.....	532



10.6.4 - Eficácia das decisões judiciais previdenciárias.....	536
10.6.5 - Poder coercitivo contra terceiros .....	538
10.7 - Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	542
10.7.1 - Limites de cognição no cumprimento de sentença previdenciária .....	544
10.7.2 - Cumprimento definitivo da sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	547
10.7.3 - Cumprimento da sentença na ausência de impugnação da execução.....	548
10.7.4 - Cumprimento da sentença na ocorrência de impugnação parcial da execução...	548
10.7.5 - Cumprimento da sentença na pendência de recurso sem efeito suspensivo .....	551
10.7.6 - Cumprimento definitivo de decisão parcial de mérito .....	552
10.7.7 - Cumprimento provisório da sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....	555
10.7.8 - Execução invertida nas ações previdenciárias .....	558
10.7.9 - Cumprimento da sentença como respeito à coisa julgada.....	560
10.7.10 - Execução individual da ação coletiva contra a Fazenda Pública.....	562
10.7.11 - Impugnação à execução.....	563
10.7.12 - Cumprimento da decisão nos Juizados Especiais Federais.....	566
10.8 - Requisições judiciais de pagamento e fracionamento da verba honorária .....	569
10.8.1 - Regime de pagamento por precatório requisitório .....	572
10.8.2 - Regime de pagamento por requisição judicial de pequeno valor (RPV) .....	576
<b>Capítulo 11 – COMPETÊNCIA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA.....</b>	<b>581</b>
11.1 - Competência Delegada à Justiça Estadual .....	581
11.1.1 - Competência delegada e mandado de segurança .....	586
11.2 - Competência para Processamento de Ações Previdenciárias Decorrentes de Acidente de Trabalho – nossas críticas à orientação jurisprudencial .....	587
11.2.1 - A importância capital do pedido inicial para a definição da competência .....	595
11.3 - Competência para Declaração de Morte Presumida .....	596
11.4 - Competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis.....	598
11.5 Particularidades dos Juizados Especiais Federais.....	606
11.5.1 Princípios dos Juizados Especiais Federais.....	608
<b>Referências.....</b>	<b>613</b>
<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>625</b>